

## ONDE OS DESASTRES SE ESCONDEM? DAS CRISES COMPÓSITAS AOS HORIZONTES DE INCERTEZAS

Norma Valencio<sup>1</sup>

### Introdução

Como anunciado no título da obra, *Através do Espelho*, a personagem-chave lança-se a um inusitado exercício de reflexão especular, o qual testa o seu modo de fabricação de concepções sobre a realidade. Mais do que um mero ponto de transição, o qual permite à Alice discernir entre as características de dois universos – de um lado, o da densidade das coisas e, de outro, o da imagem fidedignamente invertida do primeiro –, o espelho se apresenta na obra como um ponto de ancoragem que permite que as verdades convencionadas em ambos os lados sejam postas à inspeção. A travessia torna-se, para ela, um processo de aprendizagem exaustivo tanto para desvendar a variedade de mecanismos de interação social quanto para testar o seu funcionamento. Portanto, o que poderia ter sido um prosaico ato de mirar-se ante ao espelho, à espera da imagem invertida de si mesma, desencadeia na referida personagem um processo imaginativo associado ao desejo de dar um passo adiante, de explorar o não-conhecido aceitando a confrontação com insistentes provocações à razão.

Embora o primeiro pensamento que frequentemente lhe ocorra seja o de que os sujeitos do outro lado do espelho agem de maneira desarrazoada, logo Alice se apercebe da necessidade de se ajustar às novas circunstâncias, não apenas para compreender a concatenação social subjacente ao desenrolar dos acontecimentos, mas para deles participar dentro do papel que lhe fora atribuído pelo grupo que a acolheu e ao qual ela aderiu. Os acontecimentos variados, conectados por um enredo mirabolante, invocam tanto a relações assimétricas quanto a fluxos invertidos. Envolvem-na na forma de sinais insistentes de advertência a lembrá-la que, naquele universo, outras eram as lógicas operantes, exigindo-lhe formas originais de pensamento. Somente adotando uma nova matriz de raciocínio, suas interações sociais seriam condizentes com a situação. As notas de Martin Gardner, na edição comentada da referida obra (CARROL, 2002), nos indica algumas dessas cenas de advertência:

Para se aproximar da Rainha Vermelha, Alice anda às avessas; no vagão de trem, o Guarda diz a ela que está viajando ao contrário; o Rei tem dois mensageiros, “um para vir, outro para ir”. A Rainha Branca explica as vantagens de viver de trás

---

<sup>1</sup> Professora Sênior do Departamento e do Programa de Ciências Ambientais da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Apoio: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), processo 310976/2017-0 e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) processo 17/17224-0. As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do autor e não necessariamente refletem a visão do CNPq e da FAPESP. E-mail: norma.valencio@ufscar.br.

para a frente no tempo; o bolo do espelho é primeiro servido, depois partido. Números ímpares e pares, o equivalente combinatório de esquerda e direita, são introduzidos na história em vários pontos. Por exemplo, a Rainha Branca oferece geleia “dia sim, dia não”. Num certo sentido, o próprio *nonsense* é uma inversão sanidade-insanidade. O mundo usual é virado de cabeça para baixo e de trás para a frente; torna-se um mundo em que as coisas tomam todos os rumos, menos os esperados (notas de Gardner in CARROL, 2002, p. 138).

Não obstante a incrível aventura deflagrada no percurso de ida – que transformou um mero espelho em um fantástico portal –, o processo de retorno à sua vida ordinária e ao seu universo de origem não foi menos relevante. Permitiu a ela ressignificar a ordem das coisas, relativizá-las, o que deu nova perspectiva à sua existência ali.

Creemos que tais aspectos dessa notável obra literária nos auxilia a problematizar, nesse sucinto ensaio sociológico, a potência da aventura sociopolítica contemporânea na qual as crises contemporâneas, entrelaçadas, constituem uma espécie de espelho-portal. De um lado, apresenta-se a sociedade, em processo de atomização e progressiva perda de capacidade de agência e, de outro, as instituições públicas, que operam encerradas numa rigidez anacrônica, perdendo contato com a dinamicidade do mundo social. Sendo um tipo importante de crise, desastres são um dos caminhos sombrios que explicitam o processo problemático de desassociação de sociedades desorientadas e de instituições públicas letárgicas, propendendo a estranhamentos mútuos e a conflitos. A travessia pelo espelho-portal, que enreda desastres com outras crises, pode revelar pontos de contato e sentidos da fricção entre esses universos. É, então, o exercício ao qual passamos a nos dedicar.

### **Tecendo crises compósitas com os fios da heteronomia social**

Nos diferentes contextos sociais contemporâneos e escalas organizativas da esfera pública – multilateral, nacional, regional ou local –, as instituições têm funcionado pela lógica de fracionamento das demandas sociais. Ao fazê-lo, produzem campos múltiplos de poder, técnico e político, os quais estabelecem modos particularizados de controle sobre aspectos distintos da vida social. Embora essa tenha sido a maneira que a sociedade contemporânea encontrou para fazer avançar muitos dos sistemas que ansiava em ver progredir – como os de infraestrutura e de serviços em transportes, telecomunicações, saúde, educação, saneamento básico, energia, fosse através de fornecimento estatal, de arranjos mistos ou pela regulação da oferta do setor privado –, o efeito colateral tem sido o de produzir um balanço precário entre a dinâmica que a gestão pública imprime para operar/monitorar/intervir nesses sistemas e a dinâmica da vida vivida no terreno árduo das necessidades cotidianas que deles necessitam. Muitas são as incompatibilidades que, ao longo do tempo, vão se pronunciando.

O cidadão comum tenta se ajustar à fragmentação que as instituições públicas fazem de suas demandas – como, de resto, o mercado já o havia feito, através da divisão social do trabalho e da oferta de bens e serviços produzidos por cadeias setoriais –, resignando-se diante os enquadramentos burocráticos que desarticulam os variados aspectos da sua vida social bem como à lentidão das providências tomadas. Essa resignação lhe custa o preço de frustrações continuadas, uma vez que está em oposição à experiência própria do viver, a qual permanece acelerada e integrativa. Desse distanciamento deriva o estranhamento progressivo dos quadros de referência que norteiam a ambos o que, a princípio, não deveria sê-lo. Há um nexo de filiação entre as instituições públicas e a sociedade, a primeira sendo parte constitutiva da segunda. Ocorre que a criatura tem evoluído emancipando-se do criador, o qual pretendia mantê-lo fortemente vinculado.

Ao produzir mecanismos para instaurar uma cultura própria, tácita e explícita, com relativa autonomia frente ao todo que deveria representar, a criatura passa a disciplinar o criador, ditando-lhe quais as frações dos desafios da vida social, por quais meios e em que ritmos podem ser levadas perante às repartições, presenciais ou virtuais, para a tomada da providência tal ou qual. Nesse disciplinamento às avessas, que parte do particular para o geral, as demandas e queixas dos cidadãos são recortadas para caberem nos compartimentos estanques que lhes são oferecidos pelas instituições as quais, por seu turno, atendem-nas em níveis que, não raro, são vistas como aceitáveis para elas, mas inefetivas para quem as recebem. Normativas intrincadas e múltiplas têm servido para parametrizar impossibilidades de atendimentos nos termos em que os cidadãos os demandam. Códigos indecifráveis são utilizados para classificar e distinguir aspectos da vida do cidadão frente aos diferentes setores estatais com os quais interage: o número de registro de identidade; o de contribuinte; o da carteira de motorista; o de consumidor do serviço público x ou y; o de usuário de saúde; o da carteira de trabalho e assim por diante. Se prestam a lógicas e a critérios pouco comunicantes na vida prática e que ainda estão a mostrar o sentido de se prestar ao bem-estar integral do cidadão. É de estranhar que recentemente, no Brasil, os recém-nascidos tenham passado a ter número de Cadastro de Pessoa Física-CPF, um código de contribuinte, sendo traduzido como algo adequado à sua identificação, perante às bases nacionais de informações cadastrais, como cidadão, tomando-se uma coisa (a parte, as relações fiscais) pela outra (o todo, o sujeito de direitos).

Tanto mais a cessão de poder à criatura a permita seguir esquecida da pactuação de origem, que a vincula ao criador, mais isso se converte em tendência de naturalização da heteronomia social. Isto é, numa interação pela qual a coletividade deixa de ser considerada em seus próprios termos e passa a ser adestrada por sistemas públicos que desdizem a complexidade da vida social. Isso ocorre quando a máquina pública, ao invés de aliviar as pressões sobre o cidadão e promover condições dignas de sua inserção social e convivência, torna-se um fator de opressão social, produzindo insensibilidades sociais, do ponto da indiferença social ao do estigmatização e ao ódio.

Por exemplo, isso se dá através da difusão de práticas técnicas ditas de “remoção” de famílias, que são postas em prática sem que haja alternativas melhores de moradia à disposição daquelas que são expulsas dos assentamentos precários em que se encontram (VALENCIO; VALENCIO, 2017). Ou quando as políticas públicas, ao se apresentarem sob prismas setoriais, desencaixam os elementos vinculantes de seus préstimos os quais, contudo, seguem interdependentes na vida prática econômica. Nesse caso, as oportunidades de trabalho seguem dependentes de meios de transporte coletivos para permitir que os trabalhadores acessem os locais onde essas se encontram, enquanto os meios de transporte são também dependentes de infraestruturas íntegras, mas cujas condições seguem ruins e inviabilizam o fluxo das pessoas e dos transportes, tais como vias terrestres sujeitas a alagamentos ou esburacadas ou colapsam e impendem o tráfego por elas. Ou, ainda, quando surgem possibilidades legais à plena exploração predatória de recursos humanos, econômicos ou ambientais. Por exemplo, na precarização do trabalho. Ou, ainda, nos licenciamentos ambientais, que têm sido concedidos a obras geradoras de grande destituição/destruição socioambiental e são amparados por mecanismos legais progressivamente facilitados e nos quais a narrativa ufanista dos governantes que as recepcionam obnubila os impedimentos havidos para que os grupos atingidos participassem da definição dos Termos de Referência dos empreendimentos (LASCHEFSKY, 2014). Uma ilustração emblemática do ódio é a do policial militar que pisou insistentemente no pescoço de uma senhora negra e a arrastou pela rua de um bairro periférico da capital paulista (PAGNA; AMÂNCIO, 2020) o que, embora tivesse sido oficialmente negado como sendo um procedimento tecnicamente recomendável, expressa a força de uma cultura tácita de ódio que opera entre os seus membros e se

replica insistentemente em atos de violência na abordagem policial daqueles grupos que se encontram em desvantagem social. Tal cultura tácita reflete a naturalização do racismo ambiental (BULLARD, 2006) na relação sociopolítica do cidadão com o Estado, convertendo-se em encontro friccionado, de negação de direitos de cidadania, ao invés de reconfirmá-los, o que acelera o distanciamento entre esses dois universos. Mais do que isso, indica que a instituição pública se fecha numa lógica própria que perde a referência de que o discurso e a prática de seus membros representam a cadeia de valores que a interliga com a sociedade, simbolizando as aspirações e compromissos entre ambos (ANSELL; BOIN; FARJOUN, 2015). A heteronomia social, que essa lógica insensível implanta, progride da submissão à exclusão radical da humanidade do interlocutor. Por seu turno, o silenciamento ou conformismo dos que testemunham a cena aponta para a progressão da barbárie no caminho dessa relação, isto é, as desconexões de sentido entre as partes são sucedidas por conexões perversas.

Pode-se dizer que as principais crises dos séculos XX e XXI decorreram de processos de heteronomia social. Esse é um dos fios condutores que as tornam um compósito de crises que nos arrasta para um desastre civilizacional. Um exemplo dessas conexões entre crises foi a relação entre as operações militares na I Grande Guerra e o espraiamento da gripe espanhola, transformando-as numa pandemia que ceifou milhões de vida (SOROKIN, 1942). A crise global deflagrada nos EUA, entre 2007-2008, decorrente do estouro de uma bolha especulativa, esteve associada ao colapso do sistema de Bretton Woods, ocorrido em 1971 (CHOWDHURY; ZUK, 2018), também associado a ataques especulativos, e ambas têm raízes na outra grande crise especulativa, a de 1929, a qual, quando adotou o remédio armamentista para a recuperação de economias nacionais europeias, favoreceu a emergência de governos totalitários e projetos de poder inconciliáveis que deflagraram uma nova guerra mundial (TOURAINÉ, 2011).

Ao mesmo tempo em que uma crise pode conter elementos que dinamizam outra crise, de natureza similar ou diversa, também o remédio aplicado para as sanar, na ilusão de restabelecimento da normalidade, pode se transformar em veneno que aciona e amplifica outras crises adiante. O remédio para a superação da crise econômica dos anos de 1930, através de investimentos massivos na indústria de armas, é o que desencadeia pretensões políticas que degringolam para arbitrariedades de toda a sorte e culminam desencadeamento do sofrimento social extremo de grupos civis estigmatizados, vítimas de genocídio. Por fim, mais recentemente, os cidadãos que, em diversos países, tentaram manter a cabeça fora da água no pós-crise econômica 2007/2008 – sujeitando-se ao trabalho informal ou ao trabalho precarizado, resignando-se a viver em moradias subnormais sem acesso a sistemas de infraestrutura básicos, como ainda lançando-se corajosamente em pequenos empreendimentos, abertos ao custo dos parques recursos patrimoniais e creditícios disponíveis – foram os primeiros a sofrer as repercussões econômicas, sociais e de saúde, física e psíquica, oriundas de uma crise sanitária, aquela relacionada ao novo coronavírus SARS-CoV-2. A depender do contexto nacional, como o brasileiro, viu-se que os períodos entendidos como sendo de normalidade social nem sempre foram conduzidos pelas instituições públicas para impedir ameaças futuras ou reforçar anteparos sociais suficientes diante a presença destas. A heteronomia social toma, por vezes, as feições de um divórcio, no qual uma parte segue ressentida da outra. Noutras, toma as feições de abandono social, no qual os desvalidos não são sequer enxergados e precisam criar meios alternativos de recuperação enquanto lutam para serem visíveis e terem as suas demandas reconhecidas como legítimas (VALENCIO; SIENA; MARCHEZINI, 2011). Noutras, ainda, se converte numa interação na qual os sinais são constantemente trocados, havendo ambiguidade em relação à qualidade desta. Com relação a isso, vemos o caso no qual a superfície da crise, o seu traço aparente, mantém-se como espaço de providências institucionais eficazes, mas que esconde insuficiências, que vão se revelar desafios ainda maiores adiante.

Por exemplo, um estudo econométrico recente, realizado por Sawaya Neto e Meneses Neto (2014), que se debruçou sobre o impacto do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), no referente a infarto agudo do miocárdio (IAM) em municípios de pequeno e médio porte do país, concluiu que o impacto era positivo em termos de redução de número de óbitos e que os efeitos benéficos dos investimentos direcionados a essa política eram visíveis. A boa notícia, que indubitavelmente subjaz a essa constatação, é que o SAMU se revelou como um subsistema do SUS que reconectou-se com cidadão no *timing* necessário para a garantia do direito à vida, numa demonstração inequívoca de que não há divórcio à vista, pois instituição pública e sociedade seguem numa relação virtuosa. Porém, é a própria eficácia do SAMU nesses municípios que se tornou fator político de alegação para que sistemas hospitalares de média e alta complexidade não necessitassem estar ali presentes, pois os pacientes poderiam ser transportados pelo SAMU, como por serviços similares de transporte público de pacientes, para outras localidades. Durante a pandemia de SARS-CoV-19, no mês de julho 2020, quando havia leitos disponíveis em hospital de campanha na capital paulista, mas os leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) já estavam em disponibilidade crítica na Região Metropolitana de Campinas (composta por 42 municípios), o prefeito municipal de Campinas (a metrópole) argumentou que, por não dispor de estratégias usuais de deslocamentos de seus pacientes, os demais municípios da região (pequenos e médios) deveriam enviar seus pacientes de COVID-19 para a capital, deixando os leitos de Campinas prioritariamente para os pacientes deste município. Isso implicou que as famílias dos pacientes oriundos desses municípios periféricos ficassem com o ônus, sobretudo psicossocial e econômico, de verem os seus entes queridos serem internados numa localidade mais distante do seu lugar de filiação (EPTV1, 2020). Para além dos casos individuais, nos quais a distância física, frente às circunstâncias de gravidade e incerteza, ampliava as angústias de ambos os lados, família e paciente, isso re-situará a discussão sobre as estratégias de investimento em unidades de saúde nos diferentes níveis de complexidade nos municípios desses portes.

Ao buscarmos os fios condutores que correm nos subterrâneos das crises, vemos que o fechamento em si mesmo, seja da parte da sociedade atomizada quando das instituições públicas fragmentadas, é um aspecto muito saliente de um processo mútuo de alienação. Isso vai indicando que rearranjos ainda mais desafiadores serão requeridos, logo mais à frente, nas relações do Estado com os cidadãos. Os últimos, sentindo-se relegados perante o Estado, vão vivendo como que numa realidade paralela, desmantelados em interesses variados e no suporte mútuo em microgrupos. Ao reduzirem as suas expectativas quanto às funções protetivas do Estado, dirigem-se às frações deste, resignados em apresentar os seus problemas como miudezas para fazerem-nos caber nas caixinhas dos números de protocolos e requerimentos. Isso atomiza ainda mais a capacidade coletiva de reconhecimento de suas lutas e de agência, porque cada protocolo é visto como um problema único – no máximo, como um problema de vários consumidores contra um dado ente, que caiba no enquadramento de um site de visibilização de reclamações ou na capacidade de atendimento de uma unidade do Procon – e perde-se o interesse coletivo em ir ao fundo dos processos por detrás do incremento das queixas.

Saber-mo-nos inseridos num processo acelerado de produção e de fusão de crises não é algo que cause espanto aos que já suspeitavam da existência de laços preexistentes entre elas. O que vem ocorrendo é que esses laços já não encontram as condições objetivas de outrora para se manterem no regime de ocultação. Ao serem gradualmente revelados, puxados para fora dos esconderijos onde estavam escrupulosamente confinados, vão ultrapassando a aparência dos acontecimentos particularizados para, enfim, revelarem o seu enredamento no plano civilizatório através do fio condutor da heteronomia social.

Esta é peça fundamental dos escapismos narcísicos que negam a precedência que as pulsões de morte têm tido sobre as pulsões de vida, e que por isso restringem a visão da catástrofe civilizatória por detrás de crises aparentemente manejáveis.

A heteronomia social é o lastro da relação hierárquica invertida entre dois universos, movida à base do torpor da sociedade que, frente às crises sucessivas, se prostra diante à narrativa técnica e política de que se esteja buscando um “retorno à normalidade”, um escapismo fechado numa lógica circular que tenta recuar saudosamente num ponto do passado “bom” e imediato, mas que conduz à repetição da mesma crise, senão pior. Contudo, até mesmo para os mais crentes nas promessas vãs, o testemunho de argumentos escapistas e evasivos vão produzindo uma corrosão em sua vida social. Orientações e deliberações governamentais e técnicas já não tem durabilidade e não são confiáveis. O desmoronar simbólico do mundo do cidadão desnordeado é, então, passível de converter o seu desamparo radical em desconexão maior com as instituições, na procura de um novo referente de coesão social. Conforme Touraine (2011), em alusão à crise econômica global de 2007-2008, mas cujos ingredientes podemos claramente notar na crise global de 2020:

[...] a longo prazo, a crise acelera a tendência em direção a uma separação do sistema econômico, incluída aqui sua dimensão militar, dos atores sociais que, alvejados pela crise social e transformados em desempregados, em excluídos ou em poupadores arruinados, sentem-se incapazes de reagir politicamente, o que explica o atual silêncio das vítimas da crise, transformadas em atores cada vez menos sociais e sempre mais definidas em termos universais, morais ou culturais (TOURAINÉ, 2011, p. 10).

É deste ponto que disjunções sociopolíticas são confirmadas e, se mantida a visão anacrônica das instituições públicas, prepara o terreno das relações deterioradas para recepcionar tragédias em uma próxima crise.

Vencer o processo de heteronomia social não é tarefa fácil. Isso está referido essencialmente às tensões em torno do tema dos direitos humanos e em como os grupos sociais atomizados podem se articular, se são capazes de sair do estado de torpor. A luta central do cidadão, como ator moral, é a de perquirir as instituições públicas no referente a esse tema. As questões centrais do mundo contemporâneo posicionam os atores a favor ou contra os direitos humanos, diz Touraine (2011). Esse é o fio condutor mais subterrâneo ao da heteronomia social. Encontrar o posicionamento das instituições públicas quanto a isso equivale a identificar um ponto de contato para avançar na reconciliação ou na fricção, distinguir entre projetos de civilização e de barbárie.

Por decorrência, a luta para a ultrapassagem da condição heterônoma exige o resgate do exercício de pensamento próprio, estabelecendo espaço para a quietude e distanciamento para a reflexão (a contemplação diferenciada) a fim de prover meios de organização das ideias para a ação entusiasmada, conforme ponderou Arendt (2010). A autora continua, explicando que o pensamento é a experimentação de tornar presentes, porém dessensorializadas e numa terra invisível, as coisas ausentes, nos vários sentidos que as comportam: nos sentidos opostos, nos sentidos de continuidade, de trás para a frente e vice-versa, e nos sentidos de fusões e de distinção. Embora discernidas, as distâncias espaciotemporais entre a lembrança (os significados próprios do que já se foi, o conhecimento) e a imaginação (as utopias, o desejo do espírito) não impossibilitam o percurso, mas convocam à experimentação de seu encontro, sinaliza a referida autora. O espelho-portal, aqui, é o presente recalibrado pelas referências polares, as quais impedem que o ator reflexivo seja capturado (mais uma vez) pela ordem constituída. Os fluxos “fora da ordem” não são manejáveis nos compartimentos das convenções do

tempo presente e, assim, ousam alimentar um presente com alternativas às estruturas operantes, criando horizontes de autodeterminação aos atores morais.

São essas as dinâmicas sociais fundamentais que, ao nosso ver, suscitam a necessidade de se atravessar, metafórica e destemidamente, um espelho-portal similar ao de Alice, referente ao passado e ao futuro. Isto é, fazer-se uma travessia de imersão reflexiva nas normalidades que botaram o mundo às avessas e de lá retornar, com releituras que redimensionem as nossas utopias libertadoras. Os novos atores morais que possamos vir a ser deslocam eventos do campo de uma situacionalidade restrita para dar-lhes perenidade; isto é, negam as distâncias espaciotemporais formais – os discursos de que os eventos ocorreram “lá” e não “cá”, e de que estejam contidos no passado e não interfiram mais no presente – e apresentam, em contraponto às narrativas oficiais, as proximidades emblemáticas entre sofrimentos sociais entendidos como separados uns dos outros.

Duarte (2000), em seu estudo sobre o pensamento arendtiano, adverte que é preciso olhar o evento nos seus próprios termos, identificando os seus traços particulares, que o apresentam como fenômeno de ruptura em seu próprio tempo, mas transcendê-lo. É isso que, no contexto norte-americano, tornou a pandemia do novo coronavírus SARS-CoV2 uma crise de segunda ordem diante outra classe no evento, a do homicídio cometido por um policial contra um homem negro, matando o último por sufocamento, com requintes de crueldade, com o joelho assentado em seu pescoço enquanto a vítima gritava que não conseguia respirar. A frase derradeira e insistentemente repetida da vítima, “*I can't breathe*”, tornou-se não apenas um refrão, que mobilizou massas nas ruas de diversos países para questionar o modo de pensamento e os métodos de suas forças policiais, mas levou a ONU e a discutir a criação de uma comissão para investigação do racismo sistêmico nos EUA (OFFICE OF THE HIGHT COMMISSIONER OF HUMAN RIGHTS, 2020). Ademais, a indignação social referente ao modo de ação das forças policiais incitou uma mobilização social de tal envergadura em vários países, incluso no Brasil, que pôs em xeque a crença tácita de instituições de segurança pública de que o contexto de decretação de emergência lhes permite atuar ancorados num pensamento anti-humanista sem freios. Duarte (2000) assevera que uma ordem julgada mais rígida vai se impondo se não encontrar barreiras cívicas que a impeçam de prosseguir.

### Desvendando os desastres: um modo de calibragem do problema pelas lentes da sociologia

Na perspectiva teórica da Sociologia dos Desastres, desastres são acontecimentos sociais trágicos, associados a diferentes tipos evento físico (fenômenos naturais, tecnológicos ou sociais), os quais estressam sobremaneira a coletividade que os vivenciam (FRITZ, 1961; QUARANTELLI, 1998). Tais acontecimentos são a concretização de riscos previstos ou sequer estimados, que ultrapassam inadvertidamente o ponto-limite aceitável de relações socioambientais, sociotécnicas, sociopolíticas ou socioeconômicas disfuncionais. Portanto, desastres são um tipo de crise (QUARANTELLI; BOIN; LAGADEC, 2007). Quando os cientistas sociais filiados a essa perspectiva teórica se debruçam sobre um desastre, suas perguntas de pesquisa usuais costumam ser:

- *Em termos do comportamento social*: como se configura a passagem de uma dinâmica rotineira de ação para outra, a partir de uma situação inesperadamente adversa? Isto é, quais expressões mentais (repertório de significados), atitudinais (práticas em relação a si e ao outro) e discursivas (narrativas sobre a experiência) caracterizam a transformação involuntária de um dado modo de ser-no-mundo? Como se dá a confrontação dos membros do grupo com a experiência de padecimento coletivo (óbitos, adoecimentos, ferimentos) e rupturas imprevistas em sua rede de relações?
- *Em termos das vinculações com o lugar*: quais elementos caracterizam ambiental, material e simbolicamente os danos e prejuízos experimentados pelo grupo? Que

relações tais elementos guardam entre si (de cunho prático, simbólico, afetivo, social) e na trajetória do sujeito (passado, presente e futuro)? Como lidam com a privação das coisas? Como reorganizam a sua vida no lugar ou fora dele?

• *Em termos de relações de poder:* que conjunto de atores participam da produção da crise? Quais processos ou decisões a deflagraram ou a mitigam? Como se dá o seu manejo, nas diferentes fases de seu desenrolar? Como se instaura e se dinamiza o campo de forças entre os atores implicados para definir os rumos da crise? Qual papel é reservado – ou quais embates são necessários –, para permitir o protagonismo do grupo afetado nas medidas de reparação de seus danos e prejuízos? Quão apropriados são os mecanismos de resposta e reparação frente às demandas e expectativas do grupo afetado?

Indagações como as acima elencadas são válidas para analisar acontecimentos trágicos associados a diferentes eventos, de colapso de barragens a atentados terroristas, de tornados a epidemias, de contaminação ambiental a crashes econômicos. Isso porque o foco de análise não é o da dinâmica endógena do evento – considerado como um aspecto que participa do processo de perturbação social –, mas os mecanismos de funcionamento (crenças, sistemas de valores, práticas, recursos) dessa coletividade antes, durante e após a crise. Isso permite extrair de um dado caso certos componentes que, então, o re-situam numa trama mais alargada, como um fenômeno social de caráter disruptivo da estrutura ou do sistema social (QUARANTELLI, 1998; QUARANTELLI; PERRY, 2005) e que ultrapassa a sua manifestação num tempo (duração) e num lugar (cenário) determinado.

Tomemos o desastre associado ao acidente ocorrido nas instalações de uma usina nuclear em Chernobyl, na Ucrânia, no ano de 1986. O evento emergiu no sistema fechado de uma organização social, naquela planta industrial, e subitamente transbordou para outros sistemas, cujas rotinas sociais transcorriam como se fossem autônomas ao primeiro. Os vínculos se revelaram não apenas em suas dimensões territoriais ou ambientais – as relações de proximidade geográfica, compartilhamento de recursos hídricos, correntes de vento a carrear as plumas radioativas para além das fronteiras da planta, da cidade, do país –, mas em suas dimensões políticas – influenciando no modo de comunicação de acidentes similares assim como nas decisões precaucionárias e de investimentos nesse setor, em todo o globo – e em suas dimensões sociais – com a migração forçada, dos moradores locais abandonando involuntariamente a região, no recorte intergeracional dos que tiveram a sua saúde comprometida. O silêncio do Kremlin por três dias foi considerado embaraçoso, sobretudo quando Gorbachev estava sendo considerado como um novo tipo de liderança que distenderia as relações com o mundo ocidental. Os riscos pareciam internamente mal manejados; por exemplo, razões religiosas motivavam fiéis a visitarem os arrabaldes anualmente, devido a uma visão da Virgem Maria, o que se revelou um problema sensível para as autoridades ucranianas, em vista de que medidas de dissuasão seriam interpretadas pelo filtro das tensões constantes entre os grupos católicos locais e os protestantes (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 1987; WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2006). Mirando, então, o acontecimento social trágico com mais distanciamento, sabe-se que aquele desastre não se limitou àquela planta, àquela cidade. Tampouco àquele tempo. Quando o reator explodiu e medidas foram tomadas para manejar o cenário, sob mecanismos políticos de repressão, que esconderam os fatos o quanto foi possível e às custas de muitas vidas, o desastre continuou a se desenrolar em outra escala geográfica, de tempo e de relações, razão de ter-se tornado emblemático em sua característica catastrófica. Isso também se pode dizer em relação a outros desastres, como o associado aos atentados de 11 de setembro, que nasceu da intolerância mútua e conduziu a novas e desgastantes guerras, realimentando a cultura de ódio ao diferente e o aparecimento de novas estratégias de corrupção de lideranças e de subsunção dos grupos minoritários dos países sob intervenção (CHAYES, 2015). Se pode dizer o mesmo em relação ao desastre

associado ao colapso de uma barragem de rejeito de minérios, que foi desencadeado em Mariana/MG, mas que tomou novas feições dramáticas ao longo da Bacia do Rio Doce, não cabendo apenas em novembro de 2015 e nos meses seguintes (ZHOURI *et al*, 2016). Um fio condutor o ligou até o desastre semelhante, porém mais catastrófico para as vidas humanas imediatamente ceifadas, ocorrido em Brumadinho, em janeiro de 2019. O qual, por fim, aponta para riscos similares e iminentes em dezenas de outras localidades do país (AGÊNCIA NACIONAL DAS ÁGUAS, 2019). Enfim, o foco nos acontecimentos sociais trágicos auxilia a encontrar conexões que extrapolam o caso específico ou, ainda, redimensiona-o para absorver outras crises, sejam elas com características similares ou distintas. Vai daí que, sob a perspectiva da Sociologia dos Desastres, as visões institucionais públicas calcadas na narrativa de “retorno à normalidade” fazem parte de uma estratégia que recorta o acontecimento crítico do modo o mais simplificado possível a fim de fazê-lo caber em compartimentos de providências que indiquem a eficácia da gestão da crise. Enquanto isso, a crise continua a se desenrolar com outras roupagens, noutras circunscricões, composta por novos atores e campos de forças. Tão falsa quanto a crença de “retorno à normalidade” é a crença num “novo normal”, uma concepção que já nasce caduca, enrijecida, que em nada auxilia a sociedade a se re-situar num mundo crescentemente conturbado. Ademais, há saliência das desigualdades sociais nas circunstâncias de desastres, mas cuja visibilidade é contida pela ideia de sofrimento social equalizado. Estariam, todos os grupos afetados, “no mesmo barco” e, portanto, não seria a hora adequada para externar os conflitos de classe e os conflitos internos entre seus subgrupos, para a embarcação não adernar. Forja-se, pois, uma falsa solidariedade. O “novo normal” também se apresenta como sendo a soma de pequenos aborrecimentos, toleráveis, que permitem a retomadas de certas rotinas da vida aos que perderam certas comodidades e funcionalidades para gerir o seu cotidiano.

Normalidades, novas ou velhas, são ideologias que se ligam aos fios condutores da heteronomia social, à procura de uma estabilização que desprepara as relações sociais para operar na mudança cotidiana ou profunda. Os cidadãos entorpecidos pela ideia de normalidade são os mais passíveis ao controle exógeno, a se subjugarem à cultura do medo, a se apequenarem nas condutas de intolerância – o sujeito que também se vê como normal estranha o diferente –, a renunciar à sua liberdade para que as engrenagens institucionais consigam funcionar no mesmo ritmo e lógica que eles.

Num contexto multicrises, é mister discernir entre a eficácia na gestão de alguns requerimentos emergenciais da vida cotidiana, eventualmente manejáveis no escopo de habilidades individuais para certas interações comerciais – por exemplo, no acionamento mais frequente de compras por meio virtual, cuja entrega da encomenda será feito por serviços de *delivery* – e a capacidade pública para proteger o cidadão através de mudanças estruturais. Aqueles que podem lidar com a fome acionando o pedido de uma pizza por um aplicativo, e confiar que o seu pedido será entregue pelo *motoboy* num prazo razoável, se apegam a um modesto terreno de identificação de resiliência em sua ação para fugir ao teste de sua ampla impotência para confrontar o problema-mor que o torna docilmente dependente da buzina da moto que toca no portão. Touraine (2011) elucida que a cegueira coletiva para com a natureza dos grandes problemas contemporâneos é um dos comportamentos sociais usuais, que as classes abastadas e médias adotam para manter a ilusão de resgate de uma temporalidade perdida. O idílio de retorno à situação pré-crise é acalentado pelas elites como também difundido às massas para o conveniente apascentamento dessas, evitando que atravessem o espelho em busca de inspiração para as mudanças sociais requeridas pelas circunstâncias. O autor adicionalmente lembra que, quando uma crise se fecha em seus problemas internos, a vida social dos cidadãos se empobrece. Ele se referia às várias crises econômicas, em especial à crise dos anos de 1930 e a

desencadeada em 2008 – quando a distinção entre a economia financeira e a economia real ficou visível –, apontando seus efeitos de temores difusos na coletividades a qual, por seu turno, desencadeou revoltas contra as instituições, desmantelando-as.

De outro lado, também é preciso olhar com criticidade a volatilidade do mundo. Ao aceitar que o mundo contemporâneo está em constante mudança, e num ritmo acelerado, há que se considerar as armadilhas consumistas, que alimentam uma cultura vazia e alienada, a sociedade do espetáculo, onde há ajustamentos neuróticos de identidades, aspirações de vida incoerentes com o contexto onde as mesmas se situam, dependentes de produtos e serviços que, em relações feitichizadas, distorcem a importância das coisas, dos ambientes e dos indivíduos. Como explica Menezes (2006):

Podemos dizer que, na atualidade, a cultura da imagem é um efeito da prática de produção da subjetividade consumidora. *O consumo consome o sujeito*. Na medida em que a publicidade (propaganda, pesquisas, estudos de mercado, *marketing* etc.) manipula o poder de decisão de compra do indivíduo, transferindo-o para as empresas, acaba por fabricar seu próprio produto: o consumidor perpetuamente insatisfeito e entediado. Os efeitos desse quadro envolvem abalos nas relações entre as pessoas e das pessoas com o campo dos fenômenos sociais, isto é, com o campo intersubjetivo que é patrimônio social compartilhado. São abalos na concepção de realidade e (...) abafa as singularidades dos sujeitos em nome de uma homogeneização dos mesmos em função do consumo (MENEZES, 2006, p. 185-6).

A normalidade e volatilidade, nesses termos, sugerem a necessidade de produção de táticas, no sentido atribuído por Certeau (2014). Ou seja, primeiramente, exige o reconhecimento de ambos como sendo um terreno inimigo, lugar sob controle do outro o qual, então, impõem as suas determinações e, em seguida, desde essa posição recuada, balizar o pensamento crítico para a construção de uma utopia emancipadora. As armadilhas de um mundo cristalizado ou turbilhonado provocam a sensação de desamparo no cidadão que, ao se deparar com a encruzilhada entre ambos, percebe a perda das “*garantias de ser e estar no mundo*” (MENEZES, 2006, p. 195), circunstância propícia ao pânico, entendido como manifestação do desamparo radical. A redução da vida aos ditames da burocracia assim como as névoas do fetiche da mercadoria exige um certo modo de organização do sentido da realidade e de sociabilidade que propende à desumanização do outro é que cria amarras difíceis de escapar.

Se entendermos os desastres como uma crise multifacetada, oriunda dos enodoamentos de crises pretéritas mal gerenciadas, identificamos sua potência para se tornarem eventos políticos. Mas aqui, estamos a falar de outra natureza de eventos, no sentido arendtiano, isso é, eventos capazes de transformar, repentinamente, a feição de uma Era. Isso, não porque as suas causas sejam de todo evidentes, mas exatamente porque são difusas e imprecisas (DUARTE, 2000) e apelem para novas costuras sociais. Nesse sentido, a interpretação que as autoridades governamentais fazem dos desastres apenas como fenômenos pontuais – compartimentando-os em decretos de emergência, que os classificam no uso de um código de classificação simplificador, o qual, por seu turno, indica uma competência específica autorizada a orientar os procedimentos de mitigação –, é uma visão empobrecedora do problema e que, por isso mesmo, o incrementa ao ponto de reforçar as suas amarras subterrâneas com outras crises e torná-las um evento político.

Veja-se, por exemplo, o caso do desastre catastrófico associado à pandemia de Covid-19, que SILVA (2020) salienta estar contemplado do Código Brasileiro de Desastres (COBRADE), relativo a doenças infecciosas e virais. Nesse contexto compartimentado de

classificação, dissociando-o de outras crises, reemergiu e se amplificou a perspectiva funcionalista da saúde, que Giddens (2001) havia suposto ter sido superada. Essa vertente sociológica baseia-se no *papel do enfermo*, aquele que, sentindo-se incapaz de realizar os seus papéis corriqueiros, precisa reduzir a sua vida à plena inspeção e sanção médica, mesmo que essa categoria profissional produza recomendações incoerentes com as condições materiais correntes na vida do enfermo, tais como: a de se isolar socialmente, quando as condições de moradia o inviabilizam; a de banhar-se no uso de seus próprios itens de higiene, quando as condições econômicas restringem-no; a de lavar as mãos com frequência, quando não há acesso à água potável. Essas racionalidades desencontradas, entre a vida vivida no terreno das desigualdades socioeconômicas e a concepção de ordem que o senso comum médico passou a prescrever, são próprias de uma apartação cultural – e de classe – que produz outros efeitos dissociativos, progressivamente visíveis, entre as expectativas institucionais acerca do comportamento coletivo “consciente” e o comportamento coletivo tal como é possível tê-lo numa rotina de viver sob múltiplos riscos (CARDOSO, 2006; KOWARICK, 2009). Os que ouvem recomendações que não se ajustam às suas condições materiais de existência logo se apercebem que habitam universos paralelos ao dos profissionais e gestores que pretendem normatizar a sua vida; e, portanto, esse desencontro autoriza os invisíveis a produzirem as suas próprias regras de convivência. Aos clamores da classe médica, de que a população empobrecida não tem consciência de risco, e que precisa se ajustar a um modo adequado de prevenção, os empobrecidos tentam, em vão, responder que, no modo precário de conduzir a sua existência, há crises entremeadas que lhes abatem simultaneamente, interseccionando saúde, habitação, trabalho e emprego, segurança, transporte, educação.

No plano do viver urbano, a pandemia colhe preferencialmente aqueles que não se encaixam perfeitamente nos compartimentos de gestão das políticas habitacionais, lutam exaustivamente pelo reconhecimento de seu direito de moradia, mas veem as suas demandas sendo solapadas por um sem-número de obstáculos técnicos e legais. A demanda de moradores de ocupações não é assumida, pelo Estado, desde o campo dos direitos humanos, mas através do campo econômico, onde precede o direito dos proprietários dos imóveis abandonados; assim, como o direito de morar é deslegitimado e as práticas de remoção dos moradores precários são naturalizadas (NASCIMENTO *et al*, 2018). Essa crise de habitação popular é crônica, invisibilizada e normalizada; mas, ao ser interseccionada com a pandemia, setores da sociedade que a normalizaram parecem ser tomados de alguma surpresa ao constatar a existência de aglomerados subnormais sem acesso ao saneamento básico, o que é uma incongruência, pois o problema desde sempre este escancarado na paisagem urbana. Lutke (2014), debruçada sociologicamente sobre o caso dos desastres associados a inundações e demais problemas sociais no Jardim Pantanal, na capital paulista, fez uma escuta ativa aos moradores locais. Identificou nas medidas governamentais de inviabilização dos sistemas de infraestrutura uma estratégia clara para facilitar a remoção dos moradores, indenizando os seus imóveis a preços irrisórios. Essa era a normalidade perversa da gestão pública territorial, de habitação, de assistência social e de defesa civil mais de seis anos antes da pandemia da Covid-19. Porém, no decorrer da crise aguda da pandemia na capital paulista, subitamente as autoridades estaduais se deram conta que, naquele lugar, a incidência da doença era desproporcionalmente maior em relação aos demais da cidade e, deste modo, anunciou uma estratégia de testagem massiva dos moradores naquela localidade, objetivando “*orientar as ações do poder público nestas áreas de alta vulnerabilidade social*” (FOLHA DO ABC, 2020). Partindo de um apelo distorcido, o de que o Estado fará um Mapa do Comportamento do Coronavírus, impede-se que o cidadão procure o fio condutor essencial da dimensão local daquela multi-crise na própria relação sociopolítica deteriorada entre os moradores locais e as autoridades governamentais, que se desresponsabilizam pelos antecedentes críticos. Nesse caso, não se

trata de mapear o comportamento do vírus. Para a Sociologia dos Desastres, se trata de mapear o comportamento das instituições públicas. Nessa matriz teórica, a cultura organizacional de segurança merece ser inspecionada profundamente, quanto mais quando vê razões para que a mesma siga escamoteando as raízes profundas das crises com as quais deve lidar.

Nas últimas cinco décadas, o debate nessa vertente humanística teve muitas ramificações, tanto na própria sociologia quanto em campos disciplinares conectados, como nos de planejamento urbano, no do serviço social, no da psicologia social e afins. Dentre as reflexões que se mantêm atuais para o foco que aqui adotamos, destacamos as de Quarantelli (1998), pioneiro em discernir as lógicas moventes das instituições públicas diante desse tipo de crise; as de Lindell (2013) e de Dombrowsky (1995), cujas análises sobre os desencontros entre a cultura institucional e as especificidades das demandas sociais de grupos vulnerados já davam conta de ser problema estrutural; no que seguem autores como Bullard (2006; 2009), o qual identifica o racismo ambiental subjacente aos sistemáticos desacertos técnicos e governamentais para responder às comunidades pobres e negras em diferentes fases de uma crise. Jon e Purcell (2018) vão adiante, e veem o renascimento da agência entre grupos sociais aviltados, os quais produzem arranjos – com cientistas, ongs, novos movimentos sociais e afins – na busca de novos marcos para o planejamento da reconstrução de suas comunidades.

No desastre global no qual nos encontramos, há novos problemas e desafios de conhecimento que merecem estar situados nessa vertente teórica para potencializar o debate. Por exemplo, o problema de que, quanto mais é exigido de reposicionamento colaborativo entre autoridades governamentais nacionais – como o fez, às lágrimas, o representante da Organização Mundial da Saúde (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2020) –, mais estas se fecham numa escala menor de afazeres, como se a revelação súbita de um mundo às avessas lhes exigisse total absorção do tempo administrativo num elenco de providências minúsculas, impedindo-as de lidar corajosamente com uma visão global solidária. Ao manterem-se ocupadas ou iludidas com a racionalização do desafio que têm à frente, ou simplesmente embotarem-se no universo do negacionismo, representantes e representados perdem referências sobre o projeto coletivo de devir, não construindo referências suficientemente sólidas para traçarem conjuntamente rumos inovadores para o futuro imediato ou distante. Que tipo de problema sociológico seria esse? Quais seus pontos de contato com crises anteriores? Essas são algumas das questões em aberto, para exploração nos anos vindouros. Uma pista, é a de que se agarrar à boia salva-vidas de busca da normalidade no ritmo conhecido do pequeno universo institucional, quando o mar está revolto com ondas sucessivas de incertezas, talvez não seja a melhor solução, porque o resgate, nesses termos, pode tardar. As instituições públicas mergulham num sem-número de despachos diários, que tomam parte significativa do cotidiano do gestor. A papelada rotineiramente manejada, para pôr em funcionamento a máquina burocrática, parece provocar efeitos esperados de confirmação da ordem estabelecida; mas, o seu conteúdo alcança pouca ou nenhuma repercussão em termos de mudança social. Ofícios, memorandos, atos e afins são moldados para se apresentarem conforme as expectativas bem assentadas, respaldados no cumprimento cioso da lei, organizados em procedimentos operativos redundantes a fim de indicar a presença de mecanismos de controle eficazes, isto é, cercados por barreiras intransponíveis a desmandos e malversações ao interesse público. Trata-se de uma ilusão e enorme dispêndio de tempo, porque os malversadores, que impuseram essa extensão do tempo, encontram um meio próprio e ágil para o sublevar. No terreno da administração pública, as boias dizem que o mundo ainda é viável, quando, no entanto, as crises enredadas são indícios de que é necessário lançar-se na viabilização de outro projeto de mundo, porque o mar ficará ainda mais revolto.

A máquina pública evita entrelaçar as crises que, contudo, seguem se misturando. Os compartimentos que convencionalmente as manejam querem se manter autônomos como se as separações efetivamente existissem na vida de que as experiencia. Referimo-nos, por exemplo,

à crise migratória contemporânea que, diante à pandemia, ressignificou os acampamentos de refugiados como locais mais insalubres do que já eram, como em acampamentos da etnia rohingya, em Bangladesh (EBBIGHAUSEN, 2020), o que torna mais distante o seu anseio de pertencer a uma comunidade organizada (DUARTE, 2000); à crise financeira global, cujo efeito negativo de pouco mais de uma década alterou o ritmo de crescimento de muitas economias nacionais (TOURAINÉ, 2011) e repercutiu na incapacidade das mesmas em investir apropriadamente em medidas infraestruturais urgentes para atendimento à saúde; à crise política, no alastramento de movimentos de extrema-direita, cujas práticas de ódio ao diferente e de reforçamento de governos com traços autoritários suscita a propagação de um ambiente medo, cerceando a cultura de cidadania (SOUSA SANTOS, 2020); à crise social, que salienta as condições de pobreza e de desigualdades sociais, tais como no inaccessos aos equipamentos sanitários e à água potável bem como inviabilidade de aquisição de serviços de testagem rápida para detecção da doença Covid-19 (CEPAL, 2020); à crise de emprego, cujo crescimento lento de oportunidades no mercado de trabalho foi seguido pelo fechamento célere dos postos antes existentes (CEPAL, 2020). Os nexos entre crises vão se revelando a partir de suas amarras conhecidas ou renegadas. Desafortunadamente, o caráter civilizacional do problema, que conecta as várias crises contemporâneas, é mantido ao largo da cultura de segurança das instituições públicas multilaterais, nacionais, regionais e locais, que reitera as suas crenças na perspectiva organizativa de protocolos técnicos atomizados prescritos para as especificidades da emergência e não para a complexidade que ela comporta.

No que concerne à trama atual de crises, vemos os gabinetes de crise se fecharem em si mesmos, num conjunto restrito de especialistas que são tentados a racionalizar o problema complexo com o qual se defrontam num escopo fortemente quantitativo, mas que permite que os números se prestem a balizar argumentos contraditórios dos quais as autoridades querem lançar mão para imprimir o seu domínio sobre a vida social e lidar melhor com pressões econômicas. Ao mesmo tempo em que números impressionantes sobre vítimas (contaminadas, enfermas, fatais) são oficialmente anunciados, com alta taxa de ocupação de leitos, a expectativa de que medidas precaucionárias serão tomadas para restringir fluxos humanos e conter os riscos de propagação da doença, não se cumpre. Números assombrosos são correntemente seguidos por anúncios de deliberações de abertura do comércio, de escolas, de permissão para as caminhadas na orla da praia e afins, como se as deduções, diante eles, estivessem de ponta-cabeça. E, no campo das inversões, há ainda, os números menores que expressavam grande preocupações e, no transcorrer do tempo, números grandes que parecem ser absorvidos sem espanto, como se fossem menores. No caso brasileiro de enfrentamento dessa pandemia, o cidadão foi penalizado com embates intermináveis entre autoridades governamentais nos três níveis de governo, as quais emitiram sinais contraditórios referentes aos números que sacaram em seus argumentos para nortear suas deliberações. A vida social encontrou-se num estado mais precário de suspensão, porque a confiança no Estado foi erodida nessas idas e vindas que pareciam debochar dos números (GONÇALVES, 2020), os quais, no referente ao tamanho do problema, estiveram sabidamente subestimados (PRADO *et al*, 2020).

Desastres também mudam de tamanho quando a compartimentalização setorial produz desencontros no seio do Estado e confundem as orientações ao cidadão. Uma ilustração desse processo no Brasil, no período agudo do desastre relacionado à pandemia de Covid-19, ocorreu quando autoridades sanitárias e financeiras orientavam em direção opostas aos cidadãos vulnerados, que precisavam proteger a sua saúde ao mesmo tempo em que tinham necessidade dos recursos financeiros emergenciais para terem meios materiais necessários de enfrentamento da crise. Enquanto as autoridades sanitárias recomendavam o convencional “fique em casa”, a instituição financeira gerenciadora

dos benefícios advertia que aqueles, que tivessem dificuldades em acessar o benefício por via remota, deveriam se dirigir às agências bancárias. O cidadão ficou, assim, pressionado por duas orientações oficiais divergentes. Uma, puxando-o para dentro de casa, devido aos riscos à saúde, e a outra, empurrando-o para fora de casa. Ou, ainda, quando os trabalhadores foram solicitados a se dirigir ao seu ambiente de trabalho, mas as autoridades diminuíram o acesso ao transporte público. Essas ambiguidades, que ampliam o dilema entre riscos de contágio e riscos de manutenção econômica, fazem parte de um processo que leva o cidadão a perder sua confiança no Estado e dar-lhe as costas.

Assim, para que instituições públicas mudem a forma de enfrentar crises como a acima assinalada, é preciso iniciar renunciando-se a pressupostos arraigados. A começar do pressuposto de que a crise é um corpo estranho à sociedade. Quando mais perdure no tempo esse tipo de retórica, mais os discursos acerca do “inimigo a ser abatido”, diante uma ordem a ser mantida, se desgastam. Eis aí um ponto fulcral para relações sociopolíticas de crescimento: a problematização da ideia de ordem deveria preceder à problematização da ideia crise. Se crise é considerada como perturbação de uma dada ordem – portanto, um fenômeno de desordem –, a indagação primeira deveria ser acerca das insuficiências da ordem institucionalmente adotada. Desde uma perspectiva da complexidade, Morin (2008) observou que a relação entre ordem e desordem envolve a preparação social para esperar o inesperado através de dinâmicas de auto-organização; viver sob constantes mudanças ao invés de enrijecer-se em rotinas. Degradação e desordem são aspectos da origem do universo e da vida e é na indissociabilidade entre as turbulências e o esforço de organização dinâmica – no campo organizacional, estar em uma conservação dinâmica (ANSELL; BOIN; FARJOUN, 2015), que novas ordens surgem e testam os seus limites até um ponto adiante de ruptura e reconfiguração. As instituições que não se permitem passar por essas turbulências acabam se enrijecendo e se desconectando do mundo real, onde as mudanças continuam operando através de processos colaborativos e conflitivos. Tal enrijecimento as transformam num subsistema anômalo, que se torna presa fácil do paradigma da simplificação, continua Morin (2008), onde a disjunção social e a redução do pensamento ganham terreno. Em sistemas de proteção e defesa civil, rotinas burocráticas massacrantes e processos de capacitação reforçadores de convicções anacrônicas são alguns dos aspectos da montagem de um universo próprio, que não apenas cria a autoilusão de cumprimento de uma finalidade socialmente útil, baseando-se em receituários precários, mas também que é tentado a inverter a relação de poder com o meio social. Dos pressupostos a serem questionados por uma cidadania ativa está o de que as instituições públicas – e, especialmente, as suas lideranças – sejam organizações capazes de enxergar mais além daquilo que se passa na vida ordinária e multifacetada do cidadão comum. A capacidade antecipatória às crises, que tanto aspiram os governantes e governados, requer disposição para mudar os filtros teóricos e metodológicos que instrumentalizam a sua compreensão, sem os quais não reconhecerão os sinais emergentes. Requer olhar para cenários tendo como contraponto o conhecimento histórico sobre o tecido social em que se inserem; mais do que acelerarem a elaboração de protocolos rígidos, para serem adotados em realidades que pouco conhecem, os técnicos precisam de espaço para procurar soluções criativas e baseadas em diálogo com aqueles que experimentam o problema no terreno da vida concreta.

Por fim, mas não menos importante, mesmo em desastres catastróficos – e, sobretudo, nestes –, as menores medidas práticas de conciliação entre o Estado e a sociedade são passíveis de dar maior substância política, social, econômica e simbólica para o seu mútuo aprendizado. Tomando-se, novamente, o caso da crise sanitária global de 2020, uma das mais emblemáticas lições foi dada pela primeira-ministra da Nova Zelândia, a qual entrelaçou o mundo prático ao mundo da fantasia numa de suas medidas administrativas. Em contexto de Páscoa, ela decretou oficialmente, com o rigor dos demais comunicados oficiais, que o sr. Coelho da Páscoa, assim como a sra. Fada dos Dentes fariam parte da lista de serviços essenciais

(FOLHA DE S. PAULO, 2020). Isso não foi um ato administrativo ingênuo, como a princípio parecia sê-lo. A autoridade pública revestiu-se de meios e modos convencionados para dizer às crianças de seu país que a relação sociopolítica poderia lhes alcançar auspiciosamente, apesar das injunções. Permitiu assentar no mundo prático-burocrático regras nas quais o mundo fantástico-infantil era reconhecido como legítimo. Isso fez todo o sentido para os cidadãos neozelandeses, que sentiram que os seus valores culturais eram amparados pela gestão pública. Tal ilustração é a antítese do que a sociedade brasileira experiencia, onde as esperanças são cotidianamente massacradas por certezas caducas, por certezas ambíguas, pela perda irre recuperável de vidas humanas, incluindo a daqueles que fizeram sacrifícios desmedidos para salvar as primeiras e cujas organizações pouco lhes protegeram em suas necessidades técnicas, econômicas, físicas e psíquicas (o caso de enfermeiros, médicos, dentistas, motoristas, coveiros, lixeiros, diaristas, cuidadores, maqueiros, entre outros). As esperanças sumiram de vista quando serviços essenciais foram sujeitados à lógica de uso instrumental da coisa pública e dando novo fôlego às práticas de corrupção.

### À guisa de conclusão: viver às avessas como ato subversivo

Ao permitir-se transitar de um lado para o outro do espelho-portal, Alice pode identificar um local de passagem entre dois universos, os quais a enredavam através de lógicas sociais distintas. O processo de passagem constituiu-se também, para ela, como um ponto de ancoragem para um aprendizado crítico acerca do balanço delicado entre as expectativas alheias e as motivações próprias. O espelho-portal estabelecia-se como experiência de travessia, permitindo à personagem diferir as diferentes tramas da qual ela participava, como também para permitir-lhe pôr à prova as premissas de um dos universos calcando-se no repertório trazido na vivência no outro e vice-versa. Saber viver às avessas é também entrecruzar o tempo e as relações sociais de modos originais. O diálogo com a Rainha Branca o revela:

(...) “É isso que dá viver às avessas”, disse a Rainha com doçura: “sempre deixa a gente um pouco tonta no começo...”. “Viver às avessas!” Alice repetiu em grande assombro. “Nunca ouvi falar de tal coisa!” “...mas há uma grande vantagem nisso: a nossa memória funciona nos dois sentidos.” “tenho certeza de que a *minha* só funciona em um”, Alice observou. “Não posso lembrar coisas antes que elas aconteçam” (CARROL, 2002, p. 189).

Buscar compreender as conexões entre crises é um dos exercícios possíveis do “viver às avessas”, através de um esforço analítico para encontrar consistentes fios condutores entre eventos e lugares. Identificá-los é algo impostergável. Touraine (2011) indaga se viveremos tolerantes para com os métodos de dominação que suscitam uma avalanche de crises, mantendo uma convivência eivada de mútuo estranhamento, ou se seremos capazes de agência para intervir nas instituições e instaurar nelas um modelo de vida social calcado em valores de solidariedade social. A agência requer o pensamento reflexivo que antecipa a ação. Se a avalanche de crises denuncia a catástrofe civilizatória, mais sensato seria produzir antecipadamente uma visão coletiva promissora de futuro para ter onde ancorar os sacrifícios que serão necessários sem cair nas armadilhas saudosistas e patológicas de um “retorno à normalidade”, que produzem cadeias de perdas e danos, e o faz em vão. A advertência derradeira do autor é a de que “o princípio de legitimação de nossas condutas está em nós mesmos [...] provém de nossa capacidade de criar um mundo de direitos e de protegê-lo dos ataques provenientes dos sistemas desumanos” (TOURAINÉ, 2011, p. 187).

Os exercícios de fusão de aspectos de diferentes tipos de crise que aqui fizemos, perpassando-os com a crise mais aguda coletivamente experienciada nesse momento, a pandemia da COVID-19, foram feitos com o propósito de assinalar que a vida social encontra desafios constantes na interação com o múltiplo de instituições as quais se catalisam no Estado. Essas contradições podem adquirir cores vívidas, num desafio de confrontação incisiva entre o desespero e a esperança, que gera equilíbrios provisórios e instáveis (DUARTE, 2020), mas que paulatinamente supera a alienação do “bom cidadão”, cristalizado numa ordem vigente que massacra a sua dignidade (STAERLÉ, 2015).

Seria um significativo avanço ultrapassar convicções em uma ordem social bem apascentada – a ideia de normalidade, onde fluiria uma boa relação entre a sociedade e o aparato estatal –, surpreendida por uma desordem angustiante – o caos, visto como um inimigo externo à tal relação. Essa ultrapassagem seria uma aventura reflexiva pelo portal da crítica, que intersecciona ambos os universos, permite identificar que os arranjos constituintes da normalidade utilizam, na produção de suas tramas, os fios frágeis de coesão social, sujeitos a rupturas. Não sigamos esquecidos de que as crises de diferentes naturezas têm sido os contextos que favorecem que outras excepcionalidades se justifiquem, da violência miúda aos golpes de Estado. É a ocasião onde fios desfeitos são substituídos por outros, mais rigidamente elaborados a partir de rodas de fiar mais robustas, a dos projetos antidemocráticos de poder. Essas iniciativas de antítese aos direitos humanos são comumente calcadas no desespero de cidadãos atomizados, apegados ao presente consumista, e que escolhem ancorar-se a qualquer visão de ordem quando veem o seu mundo desmoronar, ao invés de se lançarem ao esforço de construção de pactos auto organizativos inovadores baseados na afirmação daquilo que propenda à garantia da dignidade humana de todos. O preço de renúncia a direitos é impagável. E o dedo dos fiandeiros das crises podem inadvertidamente ser espetados, colocando-os num profundo sono que os desconecta (ainda mais) do que se passa na realidade concreta do mundo social, o que nos conduz a uma nova aventura...

## Referências

- AGÊNCIA NACIONAL DAS ÁGUAS. **Relatório de segurança de barragens 2018**. Brasília: ANA, 2019.
- ANSELL, Chris; BOIN, Arjen; FARJOUN, Moshe. Dynamic Conservatism: how institutions change to remain the same. In: KRAATZ, Matthew S. (org.). **Institutions and Ideals: Philip Selznick's Legacy for Organizational Studies, Research in the Sociology of organizations**. Bingley (UK): Emerald, v. 44, p. 89-119, 2015. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/282731577>. Acesso em: 22 fev. 2019.
- ARENDT, Hannah. **A vida do espírito**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- BULLARD, Robert D. Varridos pelo furacão Katrina: reconstruindo uma “nova” Nova Orleans usando o quadro teórico da justiça ambiental. In: HERCULANO, Selene; PACHECO, Tânia (Orgs.). **Racismo ambiental**. Rio de Janeiro: FASE, 2006. p. 126-147.
- BULLARD, Robert D. The color of toxic debris. **The American Prospect**, v. 16, 2009. Disponível em: <http://prospect.org/article/color-toxic-debris>. Acesso em: 24 jun. 2017.
- CARDOSO, Aduauto L. Risco urbano e moradia: a construção social do risco em uma favela do Rio de Janeiro. **Cadernos IPPUR**, v. 20, p. 27-48, 2006.
- CARROL, Lewis. **Alice**: edição comentada. Introdução e notas: Martin Gardner. Tradução: Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.
- CEPAL. El desafío social en tiempos del COVID-19. **Informe Especial COVID-19**, Santiago: CEPAL, n. 3, 2020.
- CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: 1. artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2014.

- CHAYES, Sarah. **Thieves of State: why corruption threatens global security**. Nova York: Londres: W.W. Norton and company, 2015.
- CHOWDHURY, Anis; ŽUK, Piotr. From crisis to crisis: Capitalism, chaos and constant unpredictability. **The Economic and Labour Relations Review**, v. 29, n. 4, p. 375-393, 2018.
- CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **The Chernobyl's accident: social and political implications - a research paper**. SOV 8710078X, historical review program: released as sanitized 1999. Langley, VA: CIA, 1987. Disponível em: <http://large.stanford.edu/courses/2016/ph241/lebovitz1/docs/cia-sov-78-10078x.pdf> Acesso em: 01 jul. 2020.
- DOMBROWSKY, Wolf R. Again and again: is a disaster what we call 'disaster'?. **International Journal of Mass Emergencies and Disasters**, v. 13, p. 241-254, 1995.
- DUARTE, André. **O pensamento à sombra da ruptura: política e filosofia em Hannah Arendt**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- EBBIGHAUSEN. Rodion. Covid-19 chega ao maior campo de refugiados do mundo. **Deutsche Welle**, 2020. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/covid-19-chega-ao-maior-campo-de-refugiados-do-mundo/a-53458491> Acesso em: 04 jul. 2020.
- EPTV1. Região envia 128 pacientes para SP: famílias driblam distância com atendimento humanizado e por vídeochamadas. **EPTV Campinas**, 14 de julho de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2020/07/14/regiao-envia-128-pacientes-com-covid-19-para-sp-familias-driblam-distancia-com-atendimento-humanizado-e-videochamadas.ghtml>. Acesso em: 14 jul. 2020.
- FRITZ, Charles. Disasters. In: MERTON, Robert K.; NISBET, Robert (Orgs.). **Social problems**. Nova York: Harcourt Brace, 1961. p. 651-694.
- FOLHA DO ABC. Estado irá monitorar o comportamento do coronavírus em regiões vulneráveis. **Folha do ABC**, 13 de julho de 2020. Disponível em: <http://www.folhadooabc.com.br/index.php/secoes>. Acesso em: 13 jul. 2020.
- FOLHA DE S. PAULO. Em meio à pandemia, Nova Zelândia considera coelho da páscoa trabalhador essencial. **Folha de S. Paulo**, 6 de abril de 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/04/em-meio-a-pandemia-nova-zelandia-considera-coelho-da-pascoa-trabalhador-essencial.shtml>. Acesso em: 6 abr. 2020.
- GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- GONÇALVES, Juliano C. Confiança na comunicação de risco sobre o COVID-19 no Brasil: desafios e perspectivas In: OLIVEIRA, Celso M.; VALENCIO, Norma (Orgs.). **COVID-19: crises entremeadas no contexto de pandemia (antecedentes, cenários e recomendações)**. São Carlos: CPOI-UFSCar, 2020. p. 383-397.
- JON, Ihnji; PURCELL, Mark. Radical resilience: autonomous self-management in post-disaster recovery planning and practice. **Planning Theory & Practice**, v. 19, n. 2, p. 235-251, 2018.
- KOWARICK, Lúcio. **Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil**. São Paulo: Editora 34, 2009.
- LASCHEFSKI, Klemens. Governança, neodesenvolvimentismo e autoritarismo difuso. In: ZHOURI, Andrea; VALENCIO, Norma. **Formas de matar, de morrer e de resistir: limites da resolução negociadas de conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. p. 243-273.
- LINDELL, Michael K. Disaster studies. **Current Sociology**, v. 61, n. 5-6, p. 797-825, 2013.
- LUTKE, Carina B. Da produção social da enchente à violência das remoções: tensões e conflitos no bairro Chácara Três Meninas, Jardim Pantanal, município de São Paulo/SP. 179-212. In: VALENCIO, Norma e SIENA, Mariana (orgs.). **Sociologia dos desastres: construção, interfaces e perspectivas**. São Carlos: RiMa Editora, 2014. v. IV.
- MENEZES, Luciane Sant'Anna. **Pânico: efeito do desamparo na contemporaneidade: um estudo psicanalítico**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.
- MORIN, Edgar. **On complexity**. Cresskill, NJ: Hampton Press, 2008.

NASCIMENTO, Denise M.; FREITAS, Daniel M.; ESCADA, Daniel B.; LAGE, Maurício. Ocupações urbanas, vilas e remoções em Belo Horizonte. In: LINS, Regina D.; ROLNIK, Raquel (orgs.). **Observatório de remoções 2017-2018: relatório bianual**. São Paulo: FAU-USP, 2018. p. 43-61.

OFFICE OF THE HIGHT COMISSIONER OF HUMAN RIGHTS - OHCHR. **Human Rights Council holds an urgent debate on current racially inspired human rights violations, systemic racism, police brutality and violence against peaceful protests**. Genebra: OHCHR, 2020. Disponível em: <https://www.ohchr.org/EN/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=25971&LangID=E>. Acesso em: 25 de julho de 2020.

PAGNA, Rogério; AMÂNCIO, Thiago. Abuso policial em Parelheiros não tem comparação com caso Floyd, diz Polícia Militar. **Folha de São Paulo**, 13 de julho de 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/07/abuso-policial-em-parelheiros-nao-tem-comparacao-com-caso-floyd-diz-pm.shtml>. Acesso em: 13 jul. 2020.

PRADO, Marcelo et al. **Análise de subnotificação do número de casos confirmados da COVID-19 no Brasil**: nota técnica 7, 11/4/2020. Rio de Janeiro: Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde (NOIS), 2020.

QUARANTELLI, Enrico. **What is a disaster?** Perspectives on the question. Londres: Nova York: Routledge, 1998.

QUARANTELLI, Enrico; BOIN, Arjen; LAGADEC, Patrick. Studying future disasters and crises: a heuristic approach. In: HAVIDAN, Rodriguez; QUARANTELLI, Enrico; DYNES, Russel (Orgs.). **Handbook of disaster research**. Berlim: Springer, 2007. pp. 61-83.

QUARANTELLI, Enrico; PERRY, Ronald. **What is a disaster?** New answers to old questions. Bloomington, IN: XLibris, 2005.

SAWAYA NETO, Melchior; MENESES NETO, Almir S. M. Avaliação do impacto do SAMU sobre indicadores de urgência: o caso das proporções de mortes hospitalares por infarto agudo do miocárdio em municípios de médio e grande porte. In: RESENDE, Guilherme M. (org.). **Avaliação de políticas públicas no Brasil: uma análise de seus impactos regionais**. Rio de Janeiro: IPEA, 2014. v. 2, p.121-146.

SILVA, Rodrigo W. Prefácio. In: OLIVEIRA, Celso M.; VALENCIO, Norma (Orgs.). **COVID-19: crises entremeadas no contexto de pandemia (antecedentes, cenários e recomendações)**. São Carlos: CPOI-UFSCar, 2020. p. 13-15.

SOROKIN, Pitirim. **Man and society in calamity: the effects of war, revolution, famine and pestilence upon human mind behaviour, social organization and cultural life**. Nova York: E. P. Dutton and Company Inc, 1942.

SOUSA SANTOS, Boaventura. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Edições Almedina, 2020.

STAERKLÉ, Christian. O bom cidadão - ordem social e antagonismos intergrupais no pensamento político do senso comum. JESUÍNO, Jorge C.; MENDES, Felismina R.P.; LOPES, Manuel José (orgs.). **As representações sociais nas sociedades em mudança**. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 208-231.

TOURAINÉ, Alain. **Após a crise**. Petrópolis: Vozes, 2011.

VALENCIO, Norma; VALENCIO, Arthur. Vulnerability as social oppression: the traps of risk prevention actions. In: MARCHEZINI, Victor; WISNER, Ben, LONDE, Luciana; SAITO, Simone. **Reduction of vulnerability to disasters: from knowledge to action**. São Carlos: RiMa Editora, 2017. p. 115-141.

VALENCIO, Norma; SIENA, Mariana; MARCHEZINI, Victor. **Abandonados nos desastres: uma análise sociológica de dimensões objetivas e simbólicas de afetação de grupos sociais desabrigados e desalojados**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2011.

WORLD HEALTH ORGANIZATION – WHO. **Health effects of the Chernobyl Accident and Special Health Care Programmes**: Report of the UN Chernobyl Forum Expert Group “Health”. Genebra: WHO, 2006. Disponível em: <https://www.who.int/>

ionizing\_radiation/chernobyl/WHO%20Report%20on%20Chernobyl%20Health%20Effects%20July%202006.pdf. Acesso em: 03 jul. 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION – WHO. **WHO director-general’s opening remarks at the media briefing on COVID-19**. 2020. Genebra: WHO, 2020. Disponível em: <https://www.who.int/dg/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-media-briefing-on-covid-19---13-july-2020>. Acesso em: 13 jul. 2020.

ZHOURI, Andrea et al. O desastre de Mariana: colonialidade e sofrimento social. In: ZHOURI, Andrea; BOLADOS, Paola; CASTRO, Edna (Orgs.). **Mineração na América do Sul: neoextrativismo e lutas territoriais**. São Paulo: Annablume, 2016. p. 45-66.

